

CONCURSO

Apesar da incerteza que ronda a seleção do Hospital Regional de Santa Maria, candidatos lotaram os locais de realização das provas

Disputa acirrada no HRSM

KARLA MENDES

Mesmo diante da incerteza quanto à divulgação dos resultados do concurso para o Hospital Regional de Santa Maria (HRSM) e da validade da seleção, os candidatos lotaram ontem os locais onde foram realizadas as provas. José Nilton é um dos candidatos que acreditam que a incerteza será solucionada e que os aprovados serão convocados. Há oito meses, ele estuda para disputar oportunidades em diversos concursos. "Vim com a expectativa de ser aprovado e começar a trabalhar. Estou estagiando na área e o salário de R\$ 1,2 mil oferecido está na média do mercado", diz.

Uma liminar obtida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) na 19ª Vara do Tribunal de

Justiça do DF (TJDF), em 16 de maio, suspendeu a divulgação dos resultados do concurso. O MPT entrou com uma ação contra a Secretaria de Saúde do GDF e a Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência — responsável pela administração do centro de saúde — por considerar que a seleção é uma terceirização ilícita de mão de obra para as atividades essenciais do hospital. Anteriormente, a Secretaria de Saúde do GDF contestou esse questionamento e informou que seriam adotadas medidas para a publicação da lista dos aprovados e contratação dos aprovados.

Sem documento

O candidato Danilo Silva disse ter se preparado bem. Ainda assim, não pode fazer a prova para o cargo de técnico em informação.

Zuleika de Souza/CB/D.A Press



EXAMES DO HRSM: MAIS DE 32 MIL INSCRITOS CONCORREM A 1.360 VAGAS

Motivo: não apresentou documento de identidade. "Esqueci a identidade no trabalho", lamentou. Sérgio Emídio, supervisor do concurso, explica que o candidato que não apresenta documento de identidade é impedido de fazer

as provas, conforme estipula o edital. A seleção do HRSM visa recrutar 1.360 profissionais para as áreas médica e administrativa, com salários de R\$ 550 a R\$ 6 mil. Segundo a organização, 32.769 candidatos disputam as vagas.

BANCO DO BRASIL

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

CNPJ: 00.000.000/0001-91

Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico 2009/11625(8558) Gerência de Compras, Contratações e Vendas Brasília(DF), realizado por meio da Internet; Objeto: Cessão de Direito de Uso Permanente para Solução de Automação e Gerenciamento de Testes, conforme especificações constantes no Edital; Recebimento das Propostas: no endereço <https://licitacoes-e.com.br>, até 15.06.2009 às 9h; Obtenção do Edital: no endereço eletrônico acima. Informações: (61) 3310-2940, das 9 às 17h.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Ministério do Meio Ambiente

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2009 (SRP)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, para a aquisição de material de consumo e expediente para atender as necessidades do ICMBio. ABERTURA: 16/06/2009, às 09:30 horas (horário de Brasília). ENDEREÇO: www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponível nos sites www.comprasnet.gov.br, www.icmbio.gov.br. Informações: (61) 3341-9407 – Angela Cristina Bernardes – Pregoeira.

ESTAL

Ministério de Minas e Energia

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº. 003/2009

Seleção de Consultor Individual para Avaliação das Diretrizes Adotadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama na Emissão de Termos para Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – Eia de Empreendimentos Hidrelétricos e Proposição de Novas Diretrizes que sejam Capazes de Identificar os Impactos Ambientais nos Ecossistemas Terrestres e Aquáticos Necessários para Avaliação da Viabilidade de Empreendimentos de Geração Hidrelétrica, no Formato de um Termo de Referência

O Projeto ESTAL do MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, por meio da sua Comissão de Seleção, instituída pela Portaria nº 264, de 5 de agosto de 2008, da Secretaria Executiva, torna público que realizará seleção na modalidade Consultores Individuais e receberá manifestações de interesse para a consultoria individual (Pessoa Física).

1) Contexto e Justificativa:

Como o objetivo de determinar a abrangência, os procedimentos e os critérios gerais para a elaboração do EIA/RIMA, instrumentos de licenciamento ambiental, o IBAMA adotou a emissão de um documento denominado "Termo de Referência", que deve ser elaborado a partir de informações específicas, levantadas em formulário próprio, em reuniões e por meio de mapeamentos e vistoria de campo. No entanto, tem sido identificada, por vários agentes desenvolvedores de estudos ambientais a emissão de termos de referência sem critérios básicos definidos com exigências que não podem ser cumpridas e ainda, a determinação de procedimentos técnicos inadequados. Por essa razão, o setor elétrico vem percebendo a necessidade de um aprimoramento das discussões anteriores ao EIA e RIMA com vistas a qualificar e aperfeiçoar o processo de licenciamento ambiental para os aproveitamentos hidrelétricos.

2) Objeto:

Contratação de Consultor Individual para avaliação das diretrizes adotadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA na emissão de termos para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EIA de empreendimentos hidrelétricos e proposição de novas diretrizes que sejam capazes de identificar os impactos ambientais nos ecossistemas terrestres e aquáticos necessários para avaliação da viabilidade de empreendimentos de geração hidrelétrica, no formato de um termo de referência, de acordo com os requisitos propostos no Termo de Referência constante do Processo nº 48000.000700/2009-77.

3) Critério de Seleção:

O método a ser adotado para a seleção da consultoria será o de análise curricular. A capacidade do especialista será aferida com base no currículo acadêmico, qualificação técnica, experiência profissional e, caso necessário, será realizada entrevista. As informações prestadas pelo candidato que vier a ser contratado deverão ser comprovadas por meio de documentação pertinente.

A seleção do Consultor será feita de acordo com os procedimentos do Banco Mundial, definidos nas "Diretrizes de Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial" – versões de Jan/1997, rev. Set/1997, Jan/1999 e Maio/2002 -, bem como pelas condições estabelecidas neste Aviso e seus Anexos, conforme autorização contida no processo citado acima.

4) Local de Realização dos Serviços:

Os serviços de consultoria serão realizados nas instalações do Ministério de Minas e Energia, em Brasília-DF.

5) Prazo de Execução:

O período previsto para a realização dos serviços de consultoria será de 5 (cinco) meses.

6) Entrega dos Currículos:

Os currículos deverão ser entregues no Projeto ESTAL/Ministério de Minas Energia – MME, até o dia 05 de junho de 2009, no local mencionado no item 7, em envelope lacrado, devendo conter, entre outras, as seguintes informações:

(a) nome, (b) endereço, (c) telefone/fax/endereço eletrônico, (d) formação escolar, (e) conhecimento de idiomas, (f) conhecimento de informática, (g) qualificação profissional, a qual deverá ser compatível com as atividades do serviço pretendido, especificadas no Termo de Referência, indicando datas, locais e contratantes ou empregadores e, (h) cursos profissionais ou outros cursos.

7) Endereço para remessa da documentação:

Projeto ESTAL - Esplanada dos Ministérios, Bloco "U" – Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia - 7º andar – sala 726 – Brasília (DF) – CEP 70.065-900 - Tel: (61) 3319.5804 - Fax: (61) 3319.5086 ou enviar para o endereço eletrônico (estal@mme.gov.br).

8) Informações e Esclarecimentos⁽¹⁾:

O interessado poderá obter esclarecimentos adicionais e maiores detalhes quanto aos produtos esperados, requisitos exigidos e obter o Termo de Referência pelo seguinte endereço eletrônico <http://www.mme.gov.br/no-link> - Projetos - projeto ESTAL: estal@mme.gov.br.

9) Vedação Legal:

É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional. Art. 7º do Dec. 5.151 de 22.07.2004.



Representação da UNESCO no Brasil

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

AVISO DE LICITAÇÃO

Licitação Nº 0253/2009

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS comunicam a abertura de processo licitatório para a contratação de empresa/instituição especializada em comunicação social para montar e ministrar oficinas de capacitação, que têm por finalidade a criação de uma Rede Nacional de Emissoras Comunitárias voltadas para a mobilização em prol das Políticas Sociais do MDS.

A documentação completa relativa à licitação pode ser adquirida no site da Representação da UNESCO no Brasil no endereço www.unesco.org.br/edital. Informações podem ser obtidas através do e-mail licita@unesco.org.br ou pelo fax (61)3322-4261.

As propostas deverão ser entregues na Representação da UNESCO no Brasil, SAS Quadra 05 - Bloco H - Sala 1106 - 11º andar, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO - CEP 70070-914 - Brasília-DF até as 18:00h do dia 15 de julho de 2009 e a abertura das propostas ocorrerá às 15:00h do dia 16 de julho de 2009.

Ministério de Minas e Energia

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº. 002/2009

Seleção de Consultor Individual para Avaliação da Aplicabilidade do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno Reservatório Artificial de Empreendimentos Hidrelétricos - Pacuera

O Projeto ESTAL do MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, por meio da sua Comissão de Seleção, instituída pela Portaria nº 264, de 5 de agosto de 2008, da Secretaria Executiva, torna público que realizará seleção na modalidade Consultores Individuais e receberá manifestações de interesse para a consultoria individual (Pessoa Física).

1) Contexto e Justificativa:

Com vistas a atender o Código Florestal, foi promulgado em 2002 a Resolução CONAMA nº 302, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Seu artigo 4º determina que o empreendedor, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, deve elaborar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Reservatório Artificial – PACUERA – em conformidade com o termo de referência expedido pelo órgão ambiental competente. Considerando que a regulamentação socioambiental do setor elétrico está sendo formulada e que a legislação pertinente ao ordenamento de uso e ocupação do solo, como zoneamento ecológico econômico, planos diretores está sendo implantada, urge que o setor elétrico normatize a forma de gestão do entorno dos reservatórios.

2) Objeto:

Contratação de Consultor Individual para avaliação da aplicabilidade do plano ambiental de conservação e uso do entorno reservatório artificial de empreendimentos hidrelétricos - PACUERA que atenda os requisitos do Termo de Referência constante do Processo nº 48000.000501/2009-69.

3) Critério de Seleção:

O método a ser adotado para a seleção da consultoria será o de análise curricular. A capacidade do especialista será aferida com base no currículo acadêmico, qualificação técnica, experiência profissional e, caso necessário, será realizada entrevista. As informações prestadas pelo candidato que vier a ser contratado deverão ser comprovadas por meio de documentação pertinente.

A seleção do Consultor será feita de acordo com os procedimentos do Banco Mundial, definidos nas "Diretrizes de Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial" – versões de Jan/1997, rev. Set/1997, Jan/1999 e Maio/2002 -, bem como pelas condições estabelecidas neste Aviso e seus Anexos, conforme autorização contida no processo citado acima.

4) Local de Realização dos Serviços:

Os serviços de consultoria serão realizados nas instalações do Ministério de Minas e Energia, em Brasília-DF.

5) Prazo de Execução:

O período previsto para a realização dos serviços de consultoria será de 4 (quatro) meses.

6) Entrega dos Currículos:

Os currículos deverão ser entregues no Projeto ESTAL/Ministério de Minas Energia – MME, até o dia 05 de junho de 2009, no local mencionado no item 7, em envelope lacrado, devendo conter, entre outras, as seguintes informações:

(a) nome, (b) endereço, (c) telefone/fax/endereço eletrônico, (d) formação escolar, (e) conhecimento de idiomas, (f) conhecimento de informática, (g) qualificação profissional, a qual deverá ser compatível com as atividades do serviço pretendido, especificadas no Termo de Referência, indicando datas, locais e contratantes ou empregadores e, (h) cursos profissionais ou outros cursos.

7) Endereço para remessa da documentação:

Projeto ESTAL - Esplanada dos Ministérios, Bloco "U" – Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia - 7º andar – sala 726 – Brasília (DF) – CEP 70.065-900 - Tel: (61) 3319.5804 - Fax: (61) 3319.5086 ou enviar para o endereço eletrônico (estal@mme.gov.br).

8) Informações e Esclarecimentos⁽¹⁾:

O interessado poderá obter esclarecimentos adicionais e maiores detalhes quanto aos produtos esperados, requisitos exigidos e obter o Termo de Referência pelo seguinte endereço eletrônico <http://www.mme.gov.br/no-link> - Projetos - projeto ESTAL: estal@mme.gov.br.

9) Vedação Legal:

É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional. Art. 7º do Dec. 5.151 de 22.07.2004.

¹ Informações no site: www.mme.gov.br → Projetos → Projeto ESTAL → Manifestações de Interesse → QC - Pessoa Física → MDI 1 - 2009.

¹ Informações no site: www.mme.gov.br → Projetos → Projeto ESTAL → Manifestações de Interesse → QC - Pessoa Física → MDI 1 - 2009.



por Ricardo Allan
ricardoallan.df@diariosassociados.com.br

Conversa com Patrícia

Numa discussão pública qualquer sobre política e economia, se você vir alguém saindo de fininho, cabisbaixo, não tenha dúvida: trata-se de um liberal. A patrulha ideológica voltou forte como nunca. Durante o governo FHC, os autoproclamados de esquerda reclamavam da "interdição do debate" por um "pensamento único", representado pelo Consenso de Washington. Hoje, com mais de seis anos de lulismo e uma grave crise econômica ainda inacabada, a equação se inverteu. Todo mundo se pretende intervencionista, keynesiano... Mais um pouco, cria-se um Comando de Caça aos Liberais (CCL).

Na coluna da segunda-feira passada, tratei do que considero ser o devido papel do Estado. Em resposta, recebi um recorde de 12 e-mails. Além de ficar feliz por ter mais de uma dezena de leitores, algo muito estranho me chamou a atenção. Primeiro, o placar: 10 mensagens a favor do Estado social-liberal e duas contra. Esperava mais críticas que elogios. Bem, petistas, socialistas e assemelhados estão muito ocupados loteando o espaço na burocracia federal e estatais, em especial Petrobras e Banco do Brasil, para ler jornal.

O que mais causou estranheza, porém, foi o temor de quem escreveu apoiando. Os liberais estão acuados. Um leitor, servidor público federal, afirmou que "precisamos parar de apontar culpados (muitas vezes inventados, como os imperialistas americanos) e começar a trabalhar em busca do Brasil que a gente quer". Nos termos escritos aqui, defendeu que as pessoas deixem de ver o Estado como solução de todos os problemas e lamentou: "Todas as vezes em que ponho essas ideias em rodas de conversa, mesmo entre amigos, sou praticamente apedrejado. Nunca há debate, somente agressão".

Liberal, não direitista

Os outros nove apoiadores da coluna escreveram, em algum momento, algo parecido. Fiquei intrigado e perguntei à economista Patrícia Carlos de Andrade, presidente do excelente Instituto Millenium, por que esse fenômeno está ocorrendo. Segundo ela, o termo "liberal" é traduzido erroneamente no Brasil como "direitista" ou "apoiador de ditaduras militares". Na guerra pela opinião pública, a dita esquerda sempre levou a melhor, diz. Passo-lhe a palavra.

"Os liberais estão, sim, acuados. Eles nem gostam de ser chamados de liberais, pois quando você diz ser liberal, as pessoas entendem isso não pelos valores e princípios que você defende e sim pela suposta negação daquelas bandeiras politicamente corretas que a esquerda abraçou e impõe à sociedade em nome da proteção de direitos, principalmente dos mais necessitados. Os valores que os ditos liberais defendem são os que tornam moderna e avançada qualquer sociedade. Com base nesses princípios e valores, qualquer sociedade se torna capaz de levar bem-estar para a maioria da sua população", assegura.

Patrícia constata que até mesmo nas sociedades baseadas no modelo do bem-estar social, em que o Estado e não o indivíduo tem um papel central, esses valores estão presentes: direito de propriedade, liberdades individuais, livre-iniciativa, meritocracia, transparência, eficiência, democracia representativa e igualdade perante a lei. Ela ensina: "Ao Estado, nas esferas limitadas pelas instituições constituídas sob o estado de direito, ou sob o império da lei, atribui-se a responsabilidade de servir a cada um e a todos no provimento, principalmente, de segurança, justiça, igualdade de oportunidade através de saúde e educação básicas e qualidade ambiental. E ponto".

Politicamente incorreto

A economista continua, afirmando que o Estado não deve ter nenhum papel nas decisões individuais tomadas sem ferir a lei. "Não tem que dizer onde fumo ou deixo de fumar, que remédio eu devo tomar, que transporte eu devo escolher, que carro eu devo comprar, o que meu filho deve estudar. O Estado não tem que ter empresas, sejam elas bancos, petrolíferas, redes de televisão, rádios. Não tem que salvar empresas, não tem que escolher qual empresa deve prevalecer, que telefônica deve comprar qual telefônica", afirma. Quanto mais o Estado cresce e se intromete em assuntos privados, mais ele tira a liberdade do cidadão de fazer suas próprias escolhas.

Pergunto a Patrícia se o liberalismo está fora de moda. "É politicamente incorreto ser liberal, pois o liberal quer justamente ficar livre da tirania do politicamente correto, que justifica cada vez mais a redução das liberdades", diz. Hoje, no Brasil, defender a meritocracia e ser contrário a cotas em universidades, por exemplo, rende o rótulo de "racista" que quer manter as "classes oprimidas" no andar de baixo da sociedade. Quem defende a propriedade privada, contrariamente às invasões dos sem-terra, passa a ser identificado como "protetor de latifundiários".

"Há um preço a ser pago por defender a liberdade, pois o liberal perdeu a batalha da comunicação e é visto como um ser mau, insensível ao sofrimento humano, defensor do empresário ganancioso", diz. "E há, principalmente, o preço da responsabilidade. É muito mais difícil ser adulto do que ser criança tutelada por uma entidade abstrata e distante. Um paião que, supostamente, cuida de você nos momentos de dificuldade e toma várias decisões por você. O cidadão de uma sociedade livre tem que ser muito mais consciente de seus direitos (e não só dos deveres que o Estado imenso exige) e cuidar deles. Isso dá trabalho". Eu não poderia concordar mais.

■ RICARDO ALLAN É REPÓRTER DE ECONOMIA